

DIÁLOGOS INSURGENTES: CONVERGÊNCIA DE SABERES E LUTA QUILOMBOLA¹

Insurgent Dialogues: convergence of knowledge and quilombola struggle

Diálogos insurgentes: convergencia de saberes y lucha quilombola

Neusa Maria Mendes de Gusmão²

Universidade Estadual de Campinas

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-5627-1286>

RESUMO

A proposta neste texto é a de construir um momento de reflexão e troca que desafie as possibilidades de diálogo entre minha experiência de campo com a comunidade quilombola de Campinho da Independência, no sul do Rio de Janeiro e a experiência de dois outros pensadores do mundo rural e negro: Antônio Bispo dos Santos – o Nêgo Bispo e Carlos Rodrigues Brandão. Deles e de minha vivência em campo busco recuperar o valor da *experiência*, da *observação* e do *compartilhamento* em nossas memórias, práticas e registros junto aos povos negros dos quilombos e junto aos sertanejos negros ou não do centro-oeste brasileiro. Comunidades essas que lutam por suas realidades orgânicas que se confrontam com a sociedade inclusiva, portadora de outros interesses e que coloca em jogo as possibilidades das formas de viver, sentir e ser enquanto comunidades com historicidades próprias, diversas. Em debate, também, as possibilidades de diálogo e ação entre saberes comuns e acadêmicos em busca de uma nova epistemologia do conhecimento e, em busca de uma realidade mais justa e equânime.

Palavras-chaves: quilombos; memória; compartilhamento; saberes comuns; saberes acadêmicos.

¹ A proposta desse texto surgiu de um convite feito pela UFSCar – Campus Sorocaba para proferir palestra no III SeCHu - Seminário de Pesquisa de Estudos da Condição Humana do Programa de Pós-graduação Interdisciplinar em Estudos da Condição Humana em 10/11/2023. Convite este, agora estendido para um artigo na Revista de Estudos da Condição Humana (RECHu), do Programa de Pós-Graduação citado acima, ao qual muito agradeço.

² Doutora em Ciências Sociais (Antropologia Social). Livre-Docente na Área de Antropologia e Educação (2003, Faculdade de Educação/Unicamp) e Titular na área de Antropologia e Educação (em 2009). Antropóloga e professora titular (aposentada) do Departamento de Ciências Sociais na Educação e do Programa de Pós-Graduação em Educação (FE/Unicamp) e da Pós-Graduação Doutorado em Ciências Sociais (Antropologia) do IFCH/Unicamp (2005-2011). É pesquisadora do CERU/USP. Membro da Associação Brasileira de Antropologia (ABA). Autora de vários artigos e livros, com destaques para “Terra de Pretos, Terra de Mulheres: terra, mulher e raça num bairro rural negro” e Os filhos da África em Portugal. Antropologia, multiculturalidade e educação”. Em 2020, recebeu o Prêmio de Excelência no Ensino de Antropologia no Brasil, pela Associação Brasileira de Antropologia em sua 32ª Reunião. E-mail: neusagusmao@uol.com.br

ABSTRACT

The purpose of this text is to construct a moment of reflection and exchange that challenges the possibilities of dialog between my field experience with the quilombola community of Campinho da Independência, in the south of Rio de Janeiro, and the experience of two other thinkers from the rural and black world: Antônio Bispo dos Santos - or Nêgo Bispo, and Carlos Rodrigues Brandão. From them and from my experience in the field, I seek to recover the value of experience, observation and sharing in our memories, practices and records with the black peoples of the quilombos and with the black or non-black sertanejos of central-western Brazil. These are communities that are fighting for their organic realities in the face of an inclusive society that has other interests and that puts into play the possibilities of ways of living, feeling and being as communities with their own diverse historicities. Also up for debate are the possibilities for dialog and action between common and academic knowledge in search of a new epistemology of knowledge and in search of a more just and equitable reality.

Keywords: quilombos; memory; sharing; common knowledge; academic knowledge.

RESUMEN

El propósito de este texto es construir un momento de reflexión e intercambio que desafíe las posibilidades de diálogo entre mi experiencia de campo con la comunidad quilombola de Campinho da Independência, en el sur de Río de Janeiro, y la experiencia de otros dos pensadores del mundo rural y negro: Antônio Bispo dos Santos - o Nêgo Bispo - y Carlos Rodrigues Brandão. A partir de ellos y de mi experiencia en el campo, busco recuperar el valor de la vivencia, de la observación y del compartir en nuestras memorias, prácticas y registros con los pueblos negros de los quilombos y con los negros o no negros sertanejos del centro-oeste de Brasil. Son comunidades que luchan por sus realidades orgánicas y se enfrentan a una sociedad inclusiva que tiene otros intereses y que pone en juego las posibilidades de formas de vivir, sentir y ser como comunidades con historicidades propias y diversas. También están en debate las posibilidades de diálogo y acción entre el saber común y el saber académico en busca de una nueva epistemología del conocimiento y de una realidad más justa y equitativa.

Palabras clave: quilombos; memoria; compartir; conocimiento común; conocimiento académico.

Introdução

O que me torna humano não é apenas o sonhar, mas o poder, para mim, com os meus outros, com outros, tornar sonhos cheios de sentidos para mim, em algo significativo para nós (Carlos Rodrigues Brandão, 1998, p. 78-79).

A proposta neste texto é a de construir um momento de reflexão e troca que desafie as possibilidades de diálogo entre minha experiência de campo com a comunidade quilombola de Campinho da Independência, no sul do Rio de Janeiro, datada dos anos de 1970 a 1990³ com passagens significativas de dois outros pensadores que trilharam o mundo rural e negro. Algumas ideias de Antônio Bispo dos Santos, o Nêgo Bispo, inspirada por sua obra *"A terra dá, a terra quer"* (2023), cruzam aqui, com referências de outro autor, Carlos Rodrigues Brandão, ambos em tempo e

³ Trata-se de minhas pesquisas de mestrado e doutorado, defendidas reciprocamente na PUC/SP (Gusmão, 1979) e USP (Gusmão, 1990).

espaços diversos de suas próprias experiências e da minha junto aos negros de Campinho. Assim, somos, eu e eles, sujeitos de gerações próximas, um “nós” a cruzar vivências, reflexões e pensamentos que compartilham uma dimensão de mundo, de sonho e de esperança, com base na diversidade vivida e experienciada em campo: o mundo quilombola do Quilombo de Campinho da Independência, no sul do estado do Rio de Janeiro; o mundo quilombola de Nêgo Bispo, no Piauí, e as andanças de Brandão pelos sertões de Goiás e Minas Gerais. A expectativa que se coloca é de que nossos sonhos e vivências se revelem na nossa condição humana e na de todos os chamados ‘outros’, por vidas plenas de sentido e de significado.

Com isso posto, afirmo que a pergunta que me moveu foi: o que uma pesquisa realizada há mais de 40 anos (1970/1990) e que acompanho até hoje (2024), dada a rigidez dos caminhos institucionais e acadêmicos de então, teria a ver com as ideias inovadoras de Nêgo Bispo que, em anos atuais, questionou a institucionalização do saber representado pela academia? Também Brandão, nos anos de 1970, já havia feito esse mesmo questionamento. Assim, deles e de minha vivência com Campinho da Independência busco recuperar o valor da *experiência*, da *observação* e do *compartilhamento* em nossas memórias, práticas e registros junto aos povos negros dos quilombos e junto aos sertanejos negros ou não do centro-oeste brasileiro.

Como não sou especialista nas obras desses autores, embora leitora que neles se inspira, tomo aqui e ali algumas passagens de suas obras, por pura provocação à reflexão dos saberes instituídos e pela discussão competente das possibilidades de diálogo entre saberes comuns e acadêmicos em busca de uma nova epistemologia do conhecimento, tal como defenderam Brandão e Bispo.

Se como diz Nêgo Bispo “o presente é interlocutor do passado e locutor do futuro” (2023, p.33) acessar o passado e o presente de minha experiência junto ao Quilombo de Campinho da Independência, deve permitir falar de como os negros de Campinho vem tramando seu futuro, a partir da luta dos dias de hoje. Brandão ao refletir sobre as lutas das comunidades sertanejas, afirma que “um elo nos une [o passado e o presente]” (1998, p.32) e, segundo ele, torna o saber constituído em expectativas que co-responsabiliza os sujeitos de agora a serem solidários com o passado e se fazerem como sujeitos a transgredir e reordenar o tempo, que enlaça a todos na memória de um só, de um mesmo e único destino a ser cumprido pelas gerações do presente. Em tudo isso, ainda que gestados em tempos pretéritos e diversos, nossos caminhos de reflexão são o que nos permitem pensar o presente das gentes negras quilombolas e sertanejas nos dias de hoje, sem negar o passado e a tradição.

Nesse propósito tomo como ponto de partida um poema de Eduardo Galeano (2006) que nos oferece pontes possíveis com passagens do pensamento de Nêgo Bispo e de Brandão com ecos à minha própria experiência e concepção de mundo, aprendido junto aos negros de Campinho da Independência.

Primeiras Letras⁴

*Com as toupeiras, aprendemos a fazer túneis
Com os castores, aprendemos a fazer barragens
Com os pássaros, aprendemos a fazer casas
Com as aranhas, aprendemos a tecer
Do tronco rolando morro abaixo, aprendemos a roda
Do tronco que flutuava à deriva, aprendemos o navio
Com o vento, aprendemos a velejar*

*Quem nos ensinou os truques/as maldades?
De quem aprendemos a atormentar o próximo e
A humilhar o mundo?*

A primeira parte do poema fala do que aprendemos e com quem aprendemos, ou seja, o fato de que o que sabemos aprendemos com a natureza. Como diz Nêgo Bispo, na obra aqui referenciada:

os mais velhos me orientaram a ouvir os cantos dos pássaros e os chiados da mata e no caminho da roça, que fazíamos junto e com as gerações mais velhas, aprendíamos a conhecer. Conhecer o quê? O mundo a nossa volta, com o que se dispunha para nós na construção de nossas vidas, do alimento em abundância na natureza aos perigos da e na mata (2023, p. 10).

Brandão (2023), igualmente se declara grato para com as

peessoas do campo; gerações de "gentes da roça" e da "luta pela terra". Mulheres e homens de antes e de agora, que sem nenhum dos títulos que a universidade me deu, foram e seguem sendo os "sábios da Vida" junto a quem aprendi o melhor do que preciso saber para saber como viver e como agir (p. 11).

Para falar dessa mesma aprendizagem junto aos negros de Campinho da Independência, retorno aos anos de 1970, quando lá cheguei. Nessa época, não havia a estrada (Rio/Santos), não havia luz, apenas picadas na mata a orientar quem chegava até o grupo negro. Não havia telefone e só o radinho de pilha do líder da comunidade ligava o grupo ao resto do mundo. Mas a surpresa: ao chegar me descobria ser esperada! Como?!

⁴ Do original: Primeiras Letras - De los topes, aprendimos a hacer túneles. De los castores, aprendimos a hacer diques. De los pájaros, aprendimos a hacer casas. De las arañas, aprendimos a tejer. Del tronco que rodaba cuesta abajo, aprendimos la rueda. Del tronco que flotava a la deriva, aprendimos la nave. Del viento, aprendimos la vela. Quien nos abra enseñado las malas mañas? De quien aprendimos a atormentar al prójimo y a humillar ao mundo? Texto original de Eduardo Galeano, tradução livre de Neusa Maria Mendes de Gusmão.

Eu ia a campo nas férias escolares, geralmente dezembro e janeiro que era o tempo possível para fazer pesquisa. E quando ali chegava um grupo de crianças estava sempre no ponto mais alto do bairro negro a me esperar. Desciam o morro em correria para dizer que sabiam que eu ia chegar! Como podiam saber? Diziam as crianças: “*Sabemos porque a senhora é aquela que chega no tempo da Jaca!*”

As jaqueiras carregadas no devir do verão eram então a medida do tempo para pensar quem estaria para chegar. O relógio não tinha ali um lugar e, também não fazia falta. A leitura do mundo se fazia com que o universo negro dispunha: seu meio, seu ambiente e, claro, com a experiência temporal de minhas idas muito bem observadas por crianças e adultos.

A *experiência e a observação*, fatos essenciais no fazer da pesquisa acadêmica, mostravam-se, assim, fundamentais à vida não comandada pelo relógio e, com elas compreendia-se o essencial para os relacionamentos e os afetos humanos, para o dia a dia e para momentos especiais. Fato que nos leva ao poema de Galeano, às falas de Nêgo Bispo e de Brandão que, a sua vez, nos reportam à função primordial da relação do homem com a natureza. Relação essa em que as crianças de Campinho aprenderam com meu ir à campo e depois, eu aprendi com eles. O que aprendemos em um lento *processo de aprendizagem* nos educou uns aos outros nas coisas de nossos mundos tão diferentes, mas em relação! Na leitura das experiências vividas junto deles e com eles, fui apreendendo aquele universo e eles ao meu. Nesse *compartilhamento* incrementava-se o meu saber e o saber deles em relação comigo. Descobri, então que éramos sujeitos compartilhantes!

Compartilhamento, termo importante para Brandão e Nêgo Bispo, revela, assim, que as relações que construímos com esse outro e seu mundo pressupõe, sobretudo, troca em condições de igualdade entre diferentes. Sendo iguais e diferentes! O maior desafio de nossa condição humana, como afirma Edgar Morin (2017). No entanto, o compartilhamento não se fez ou se faz sem dificuldades, posto que impõe muito *observar* para vencer as barreiras e buscar um outro entendimento do mundo, tal como Nêgo Bispo defende. Exige, também, entender o nosso mundo que lá chega, sem que sejam eles, os sujeitos negros a nos chamar.

Como afirma Brandão, “no mover o mundo e no mover-se no mundo reside possivelmente a chave da porta do mover a mente entre pensamentos e aprendizados” (Brandão, 2022a, s/p). Assim, o transitar e compartilhar envolve o transformar e, com isso, chegar ao conhecimento, tanto deles, os negros de Campinho sobre nós, como de nós e de mim mesma como pessoa e pesquisadora do mundo deles em relação com nosso mundo.

A pesquisa foi, portanto, o caminho de entrada de práticas de nosso mundo diante dos modos de vida deles e o desafio maior no estabelecer troca e compartilhamento entre saberes e modos de vida! Tão diferentes e tão presentes naquilo que cada um de nós, éramos e somos! Desde então, muito de nossas vidas e realidades foram construindo nossa compreensão desse outro mundo: deles com relação ao do nosso mundo que então se apresentava trazendo trocas, mas também desafios em função de nossas realidades tão distintas e tão desiguais; o nosso que

então se movia por outros princípios e interesses, nem sempre em comunhão com os interesses deles.

Campinho da Independência entre Gerações

Ao chegar em Campinho nos anos de 1970, havia ali uma comunidade formada por sujeitos diferentes, diversos ou como diz Nêgo Bispo, uma realidade em que a vida como comunidade se faz com os diversos, “os diversosais, os cosmológicos, os naturais, os orgânicos” (2023, p.16). Uma realidade em que eram os mais velhos a orientarem o estar junto, ouvir histórias, ouvir o canto dos pássaros e os chiados da mata. Era assim que se aprendia no ir e vir no caminho da roça, no ouvir os pássaros com as suas cantigas, a aprender e comemorar a fartura na mata e a colher os frutos das árvores. Eram os mais velhos que ensinavam aos mais novos.

A pesquisa também os colocava frente a frente com sujeitos outros, entre eles, nós pesquisadores, que vínhamos com outra bagagem de mundo, mais urbano e menos coletivo. Portanto, o que éramos eles e nós, resultava da vida sendo vivida, experimentada e refletida em que se ordena na leitura do mundo, como também já dizia Paulo Freire.

No caso deles, a leitura de seu mundo acontecia ao caminhar em meio da mata. Foi assim, que também eu fui apreendendo aquele mundo tão diferente do meu. Ao *caminhar, observar e experienciar* o que não conhecia. Aprendia com eles, meus guias, ou seja, com as crianças de Campinho que seguiam comigo em meio das trilhas e das matas. Eram elas as crianças que chamavam minha atenção para os barulhos da mata, que eu não sabia reconhecer; o barulho do rio e, em meios a brincadeiras e galhofas em torno de meu desconhecimento, teciam comentários a respeito desse mundo de que faziam parte. Me ensinavam. Muitas vezes, estancavam meus passos e os deles para fazer ouvir o canto de um pássaro e, sabiam assim, que naquela touceira de mato tinha banana madura. Me diziam então, *“depois volto aqui para levar as bananas para minha mãe”*

O que isso tem a ver com Bispo, Brandão e eu mesma?

No caso de Campinho da Independência, comum aos quilombos Brasil afora, a natureza, seu entorno e a experiência da vida na mata ensinam e educam a todos, nas possibilidades de um mundo ainda não inteiramente transformado pelo chamado *“desenvolvimento”*. É a relação com o ambiente e as trocas de experiências que ordena a compreensão de mundo; que constrói e orienta uma cosmovisão do lugar, ou seja, uma visão que formada pelo saber local, se ordena no saber viver e experienciar as práticas reais, as crenças e os valores próprios desse universo.

No dizer de Brandão (2022a), assim é posto que, na natureza ou na cultura, o que existe se dá “em e entre fluxos, redes, teias e interações” (s/p) que configuram uma realidade orgânica que se move entre “a matéria do mundo e a cultura”. Uma realidade cuja regra da vida é mover-se, transitar, produzir e transformar a si mesmo e ao mundo. Com isso, pode-se afirmar que a realidade orgânica de Campinho da Independência, se moveu, não apenas posto que se defrontou com a pesquisa e com a pesquisadora

nos anos de 1970, mas, também, porque aí chegava o chamado “desenvolvimento”. Mais uma vez, entre fluxos, redes e teias de interações, o mundo negro de Campinho se move e se transforma.

O que é desenvolvimento e o que propunha para a realidade de Campinho da Independência?

Desenvolvimento é um termo criticado por Nêgo Bispo que entende ser aquilo que é pensado fora dos grupos que são por ele, desenvolvimento, afetados. Para Brandão (2007), a transformação e modernização do mundo rural, o chamado desenvolvimento, envolve uma racionalidade que centrada no lucro

altera – às vezes depressa demais – espaços, terras, territórios, cenários, tempos e paisagens. [...e implica] uma forma quase única de realização do “progresso” [que] quebra o que resta ainda de visões e vivências tradicionais de tempo-espaço rural e de modos de vida a que se aferram ainda os índios e os camponeses [brancos e negros] (p.39).

Nesse cenário, a pesquisa acadêmica que chega sem convite, também afeta aos que estão na vida em comunidades, do mesmo modo que afeta o pesquisador, pois que este representa uma outra forma de ver o mundo e de valorar a própria realidade. Com isso, a parte final do poema de Galeano, expõe as possibilidades de pensar criticamente, os encontros e desencontros entre mundos tão diferentes: o deles e o do sistema social voltado para o desenvolvimento com ideias e conceitos embasados pelo mundo acadêmico⁵. Um mundo ainda engessado por um conhecimento a ser transformado. Apesar do contexto, pode-se afirmar que tudo se move, o mundo deles e o nosso e, assim, nos desafia a pensar as drásticas mudanças desse cenário. Como diz Galeano em seu poema:

Quem nos ensinou os truques/as maldades?
De quem aprendemos a atormentar o próximo e
A humilhar o mundo?

Campinho da Independência era tudo que falamos de comunidades organicamente organizadas, mas nos anos de 1970, antes mesmo que a estrada (Br 1101 – Rio/Santos) chegasse e, com ela, tudo que viria a desestabilizar esse mundo orgânico e natural, Campinho já se defrontava com as mazelas do “desenvolvimento” na figura de fazendeiros locais e de empresas multinacionais que se propunham “desenvolver” a região. Para tanto, estes reivindicavam o direito à terra dos negros de Campinho da Independência, que ainda não era quilombo e nem sua gente se via como quilombola. Fato que só irá acontecer no final dos anos de 1990, já na passagem para este novo século e após a conquista do Art. 68 na Constituição de 1988⁶, com muita luta das velhas e novas lideranças. Gerações em movimento e em aprendizagem!

⁵ Ver Gusmão (2013) e (2023).

⁶ ADCT, o Artigo 68 afirma: Aos remanescentes das comunidades de quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes títulos respectivos.

O poema nesta parte final, tal como diz Nêgo Bispo, fala, sem dúvida, daqueles que, em nome da sociedade e dos iguais, trazem consigo a ação dos homens de um universo outro, de uma sociedade que não suporta a diferença e que a desconhece transformando o outro em "menos" e hierarquizando o mundo deles a partir desse mundo outro que representam como "mais humano", como de "iguais". Um mundo em que para ser humano deve-se abdicar do que se é, abrir mão de histórias singulares de vida e se tornar "um igual", porém, em "igualdade diferenciada". Sendo igual, porém, vistos como menos e sem direitos. Vistos como sujeitos de segunda classe. Assim, altera-se a realidade comunitária formada por diversos, naturais e orgânicos para "iguais", mas nem tanto!

A razão, diz Nêgo Bispo (2023), está em que

A humanidade [que conhecemos] é contra o envolvimento, é contra vivermos envolvidos com as árvores, com a terra, com as matas. Desenvolvimento é sinônimo de desconectar, tirar do cosmo, quebrar a originalidade (p. 16).

Para Nêgo Bispo, trata-se de outros sujeitos que fazem o que chama de *adestramento*, que coloniza os tidos por "diferentes" e, no processo os *desterritorializa* quebrando-lhes a *identidade*, tirando-os de sua *cosmologia*, distanciando-os de seus sagrados, impondo-lhes novos modos de vida e colocando-lhes outro nome. O processo de denominação é uma tentativa de apagamento de uma memória para que outra possa ser composta. Trata-se de expropriação do mundo, tal como conhecem, como meio de enfraquecimento e destituição de si mesmos como sujeitos, de suas histórias, de suas memórias, tradições e vida. Porém, diz Nêgo Bispo (2023), que o "desenvolvimento em espaços onde o povo vive do envolvimento, quando modos de vida são atacados, quando o envolvimento é atrofiado, inviabilizado e enfraquecido, vai haver reação" (p. 62)

O desenvolvimento, tal como se apresenta, implica em reações dos povos do envolvimento em defesa de seu mundo, do que acreditam que são. No processo, conflitos e lutas emergem, pois, segundo Brandão (1998) a imposição do esquecimento, a negação da memória, coloca a todos em uma "cadeia de um destino geral", comum e esvaziado. Implica assim, a necessidade de empoderamento através da memória para estruturar o presente da luta, resgatando outras lutas e expectativas dos antigos para serem fortalecidas em nome do futuro. Só assim, se fortalecem os grupos para dar continuidade as expectativas herdadas do passado, no acontecer das tradições locais e das gerações anteriores, não como passado, mas como presente e futuro.

Não por acaso, portanto, compreende-se a realidade do rural brasileiro hoje, marcada por lutas intestinas em torno de grupos que foram negados e aviltados em suas formas de vida. Grupos que buscam a valorização de suas tradições, de seus saberes e práticas que os possam colocar, de novo, no mapa do mundo para, então, dizerem de si e de quem são. Muitos são os grupos hoje, que retomam suas memórias, recompõem as lembranças e reescrevem suas histórias e origens. Em um universo de

conflitos diante do outro que reivindica, sem direitos, a terra sua, seu território, suas vidas, tornam-se guerreiros em defesa de um modo de vida. Modos de vida sertanejos, quilombolas, indígenas...

Nesse contexto, parte desse processo foi por mim experienciado intensamente na relação com os negros de Campinho e vivenciado por quase três décadas, entre 1970/1990. Processo esse, que diz dessa insurgência e luta e que exigiu um mergulho no mundo negro de Campinho, bem como exigiu a compreensão das relações com o nosso mundo.

Campinho da Independência: luta e resistência hoje

Em 2000, Campinho da Independência teve reconhecido, legitimado e legalizado o direito de propriedade da terra quilombola se tornando, eles e a sua luta, um exemplo de direitos e de conquista política. Legal e legitimamente, as terras de Campinho, se faz propriedade de sua gente, a gente negra descendente de Antonica, Luiza e Marcelina. Afirmam assim, a importância e o significado da *ancestralidade* e da *cor negra* de sua gente e, mais que isso, confirmam a terra como *território* (não mercadoria). Foi o próprio movimento da sociedade e dos grupos tradicionalmente marginalizados dentro dela que inscreveu essa outra e nova história. É dela e com ela, que os negros de Independência se fizeram e se fazem baluartes da luta negra no campo. Mas não basta a titulação da terra, a luta precisa continuar e a realidade das duas últimas décadas fala de um grupo quilombola ainda em luta. Ou seja, a luta continua, pois:

- 1) a titulação habilita aos grupos negros acessos a políticas diversas por meio de editais e projetos públicos e privados, em razão da conquista das terras de Campinho pelo Art. 68 e seu reconhecimento como quilombo. É assim que, na década de 2000, a comunidade e, também, a região paratyense se colocaram como área privilegiada de projetos governamentais, investimentos públicos e outros.
- 2) O chamado *desenvolvimento* ainda está em movimento e, para Nêgo Bispo e Brandão representam o perigo que vem de fora e desarticula tudo e todos!

Os projetos múltiplos e diversos, tanto do quilombo como da sociedade nacional, encontram novos espaços de efetivação ligados às questões ambientais em razão dos parques nacionais, unidades de conservação, áreas de proteção ambiental e outras, existentes na região de Paraty e na localidade de Campinho, valorizando a terra e aumentando a especulação sobre ela, além de impor limites às formas de ser e de viver dos diferentes grupos tradicionais presentes na região.

Como afirmo em outro texto:

Campinho da Independência além da AMOC, desde 2007, integra o Fórum de Comunidades Tradicionais Quilombolas, Indígenas e

Caiçaras⁷ que atua em defesa dos interesses e direitos dessas comunidades em busca de sua auto-sustentabilidade. O novo momento considera, sobretudo, os mais jovens e dentre as muitas atividades de que participam em prol do desenvolvimento local, está agora, a luta comum com outras comunidades rurais negras e a atuação em órgãos estaduais e nacionais de luta negra (Gusmão, 2016, p. 369).

Campinho da Independência se faz assim, *compartilhante* de outros grupos, em razão dos valores que move o grupo e, também, pela visibilidade alcançada como quilombo. Toda essa conquista se fez e se faz por meio da *confluência* de e com diferentes movimentos sociais, como o movimento negro carioca, partidos políticos, agências civis de desenvolvimento, ONGs, que atuam em nome de uma nova realidade. Esse movimento, bem complexo em suas posturas e interesses, está ainda em andamento. Mas, como já disse Brandão, no mover do mundo, tudo se move: do pensamento a ação como aprendizado e luta. Na luta atual, todos se movem e aprendem *compartilhando e confluindo*. Para Nêgo Bispo confluir, no sentido de "ajuntamento" não é simples mistura, mas uma convergência de diversos. Fato que exemplifica dizendo que um rio não deixa de ser rio quando conflui com outro rio, ao contrário ele se fortalece, sendo ele e outro. Nessa concepção, *confluência e convergência* possuem o mesmo sentido.

Nos tempos de agora é preciso manter a organização, garantir a coletividade por meio de processos alternativos sociais e políticos que garantam a vida, que garantam a terra. É preciso *confluência, compartilhamento de experiências e observação* constantes! É preciso, em união com todos, construir uma *cidadania insurgente!* O que é e como fazê-lo?

A *Cidadania Insurgente*, segundo James Holston (2013), trata do empoderamento e da luta do passado distante e, também, próximo. Fala do presente e da perspectiva a ser defendida para o futuro das comunidades orgânicas. Diz respeito a defesa de um direito que surge frente ao direito instituído e vigente na sociedade dos "iguais". Fala de direitos comuns e legitimidade. Aponta, assim, para diferentes grupos na cidade e no campo em busca de uma prática política por direitos alternativos; direitos articulados nos embates vividos pelas comunidades oprimidas e marginalizadas pelo direito oficial; valoriza o cotidiano dos grupos e das relações que os caracterizam como parte da sociedade nacional. Compreende que são todos, *iguais e diferentes*, impasse de difícil conciliação aos olhos do campo político, jurídico e social que exige um processo educativo complexo e permanente de todos os envolvidos e da sociedade enquanto realidade maior e inclusiva.

Por tudo isso, a aprendizagem em ação, se faz processo educativo, não só das comunidades tradicionais e orgânicas, mas amplia as possibilidades de empoderamento dos chamados *diferentes* e se volta para a educação em diversos

⁷ O Fórum é parte da Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais, criada pelo Decreto 6040, de 7 de fevereiro de 2007.

espaços, dentre estes, a escola. Aqui, mais uma vez, o quilombo de Campinho da Independência se faz referência e sua luta um exemplo que se espalha em todo território nacional. Trata-se de uma luta em termos de uma *educação quilombola* pela qual o Quilombo de Campinho da Independência vem sendo reconhecido nacional e internacionalmente e que busca a união entre saberes locais e saber escolar (Gusmão, 2016).

Os quilombolas de Campinho são atuantes na luta para modificar a cultura escolar que exclui a diversidade, por meio da construção de processos de representação da condição racial, de gênero e outras, tomando como base a história, a ancestralidade dentro das experiências locais e, que possam levar à organização social dos grupos marginalizados, à cultura singular de cada um e ao direito à história própria. Assim atuam na região e fora dela, produzindo materiais, realizando debates, dialogando com grupos *diversais* e *orgânicos* e com os poderes constituídos local, regional e nacionalmente.

Em nome da luta, muitas lutas

Para (in)concluir esse debate, importa lembrar que todo esse intenso processo de luta e resistência não é de agora, não é apenas resultado da legislação de 1988 – a Carta Magna. É uma luta que vem desde muito tempo, de um passado remoto e que cria, recria, organiza, se reorganiza a cada momento histórico de modo a fazer acontecer a vida em comunidade, seja esta de quilombolas, indígenas, sertanejos, pescadores, coletores, posseiros e outros. O que a luta comum e muitas outras lutas revelam é, a necessidade de defesa permanente e constante do princípio da vida e de direitos dos chamados *sujeitos diferenciais* e *orgânicos* que estão presentes em tantas comunidades Brasil afora.

Cabe lembrar ainda, que os quilombos e os quilombolas e todos que lutam hoje pela preservação do grupo e da terra são sujeitos *insurgentes*, sujeitos históricos que unem passado, presente e futuro na condição daquilo que são e acreditam que são! Mas, não olham apenas para si mesmos, cada vez mais, ampliam o olhar para outros grupos de *diferentes* e, somam aprendizagens no campo de luta.

Portanto, falar da luta de hoje, é dizer o que foi e é a luta de sempre. É dizer da resistência dos grupos negros quilombolas como cidadãos insurgentes que buscam *confluência e compartilhamento*, sendo iguais e diferentes, desde sempre numa história que transcende a escrita do período escravista e passa por tantos momentos da história nacional. Isso tudo se coloca como exigência no presente e diz respeito aos desafios dos quilombos hoje, mas também desafia a todos nós em termos de aprendizagem e educação, para aprender e ensinar e, ensinar aprendendo, como diz Brandão.

Não por acaso, são dois os desafios não só dos quilombolas, mas de toda a sociedade brasileira hoje:

1) a luta por uma *Educação para a Diversidade* que se encontra posta no cenário quilombola, indígena e nacional, não sem dificuldades;

2) *A Luta pela Terra e questão agrária*

Trata-se de compreender as diferentes formas de acesso e pertencimento a terra que não se limitam à condição de mercadoria e suas implicações no interior do sistema capitalista em que os diferentes grupos estão inseridos. Nesse sentido, o *direito insurgente* busca o reconhecimento do direito a terra como territórios que devem ser mantidos em sua originalidade de posse pelos diferentes grupos sociais, posto que aí vivem suas vidas e culturas como fundamentais para a produção da vida e das formas sociais de manutenção, luta e resistência.⁸

Com esse cenário em aberto, eu e os autores aqui considerados, Nêgo Bispo e Brandão, certamente estamos em acordo com o fato de que as realidades quilombolas, em suas lutas, não pretendem se auto isolar e fechar-se sobre si mesmas, posto que sempre, foram tais comunidades fruto das relações com a sociedade envolvente.

Pretendem o reconhecimento das relações sociais que as caracterizam, sua historicidade e autonomia de modo a não serem negadas, invisibilizadas e excluídas no tecido social. Buscam dizer e confirmar a diversidade de que são portadoras, de modo que ao legitimar direitos, legitimem e coloquem em pé de igualdade perante os homens e as leis, seus modos de vida, suas práticas culturais, aquilo que são como membros da sociedade inclusiva e, principalmente, como cidadãos.

Assim, a luta quilombola no Brasil hoje é de empoderamento por parte dos oprimidos e invisibilizados socialmente, dos excluídos por direitos. Vai além dos próprios quilombos e dizem da necessidade de caminharmos todos juntos, negros, brancos, sujeitos de todas as cores, de todas as origens e procedências, na construção de uma sociedade de aprendizagem que possibilite, efetivamente, uma plena cidadania e, com isso, uma nação coesa e livre.

Referências

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **Memória sertão**. Cenários, cenas, pessoas e gestos nos sertões de João Guimarães Rosa e de Manuelzão. São Paulo, Editorial Cone Sul/Editora UNIUBE, 1998.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. Tempos e espaços nos mundos rurais do Brasil. **Revista RURIS**. Vol.1, n. 1, março de 2007. FFLCH/UNICAMP. p. 37-64. –

⁸ Ver o debate sobre Direito Insurgente em Luiz Ribas (2010).

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **Uma pedagogia da antropologia ou uma antropologia da pedagogia?** Campinas, SP. 2022a (Inédito).

BRANDÃO, Carlos Rodrigues, **Almanaque argonautas três:** por uma pedagogia peregrina. s.n. (inédito), Campinas, inverno de 2022b. (Inédito).

BRANDÃO, Carlos Rodrigues, Carta dos 80 Anos. In: SOUZA, Angela Fagna Gomes de (org). **Brandão: memória de quem fomos e presença de quem somos**". Rio de Janeiro, Editora Telha, 2023, s.p.

GALEANO, Eduardo. El viaje. **Mini Letras/H KLiCKZKOWSKI**, Primera Edición: septiembre de 2006., p. 26. Disponível em: <https://astripasdoverso.blogspot.com/2012/02/eduardo-galeano-primeras-letras.html>. Acesso em 10/11/2023.

GUSMÃO, Neusa Maria Mendes de. **Campinho da Independência:** um caso de proletarização caiçara. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Área de Antropologia, PUC/SP, 1979.

GUSMÃO, Neusa Maria Mendes de. **A dimensão da cultura negra no campo:** uma luta, muitas lutas. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Área de Antropologia, USP/SP, 1990.

GUSMÃO, Neusa Maria Mendes de. **Terra de pretos, terra de mulheres: terra, mulher e raça num bairro rural negro.** Brasília: MINC/Fundação Cultural Palmares, 1995 (Biblioteca Palmares, nº 6). 1ª edição.

GUSMÃO, Neusa Maria Mendes de. Comunidades rurais ou quilombolas? Um debate em torno de categorias e experiências. In: GODOI, Emilia P.; MENEZES, Marilda A. (Orgs.). **Uma terra para se viver.** Assentados, colonos e quilombolas. São Paulo: Annalube; Brasília: CNPq, 2013, p.215-235.

GUSMÃO, Neusa Maria Mendes de. Quilombo Campinho da Independência: direito insurgente, luta quilombola e educação. In: PIRES, Antonio Liberac Simões Pires; GOMES, Flávio dos Santos; ROJAS, Axel (orgs.). **Territórios de gente negra:** processos, transformações e adaptações: ensaios sobre Colômbia e Brasil. Cruz das Almas: EDUFRRB; Belo Horizonte: Fino Traço, 2016. (Coleção UNIAFRO; 17) p. 359 – 378.

GUSMÃO, Neusa Maria Mendes de. Quilombos, quilombolas: dizeres acadêmicos, jurídico e político na dança das categorias. In: CARVALHO, Ana Paula Comim; OLIVEIRA, Osvaldo Martins de; MOMBELLI, Raquel (orgs.). **Quilombos:** direitos e conflitos em tempos de pandemia. ABA Publicações, Brasília/DF, 2023 p.19-52.

HOLSTON, James. **Cidadania insurgente** - Disjunções da democracia e da modernidade no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

MORIN, Edgar. Edgar Morin: é preciso educar os educadores. In: **Fronteiras do pensamento**. Andrea Rangel/O Globo - 02.01.2017 Disponível em: <https://www.fronteiras.com/entrevistas/entrevista-edgar-morin>. Consultado em: 15/08/2021.

RIBAS, Luiz O. Direito insurgente e pluralismo jurídico. In: **Assessoria Jurídica Popular**, 06/10/2010 – Blog coletivo, s.p. Disponível em: assessoriajuridicapopular.blogspot.com.br/2010/10/direitoinsurgente-e-pluralismo.html Acesso em 14/10/2013.

SANTOS, Antônio Bispo dos (Nêgo Bispo). A terra dá, a terra quer. **Revista Piseagrama**, UBU Editora, 2023.

Recebido em 25/05/2024

Aceito em 21/07/2024